

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

### **Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

O Paço de Curutelo, ou também conhecido como Castelo de Curutelo, considerado um imóvel de interesse público (IPP), através do Decreto nº 129/77, DR, I série, nº 226 de 20 de setembro de 1977.

Este imóvel de interesse público é um paço em forma acastelada, com uma torre ou casa-forte com origens românicas, situado na freguesia de Ardegão, Freixo e Mato, no concelho de Ponte de Lima.

O monumento foi, desde o século XII, a sede da linhagem dos Curutelo, família com influência sobre o território vizinho e cujas histórias familiares estão bem documentadas nos livros genealógicos do século XIV. O edifício tem uma casa forte de origem românica, onde ainda se encontram vestígios de uma antiga muralha de forma arredondada. Sujeito a várias reconfigurações ao longo da história, desde a reconfiguração da torre, entre os reinados de D.Fernando e D. João I, à construção de uma residência paçã, aquando da venda aos duques de Bragança.

As infraestruturas agrícolas, com origem entre os séculos XVI e XVII, incluídas na classificação do Paço de Curutelo, como IPP e integravam a zona geral de proteção do monumento tinham importância histórico-arquitetónica, por se tratar de uma rara paisagem ecossistémica agrícola de raízes medievais.

Em 2022, foi adquirido pelo Grupo Vila Galé, através da empresa Xvinus - Companhia Enoturística, Lda e tem sido alvo de várias obras para a sua conversão num hotel de 4 estrelas. Obras estas que estão a destruir e a descaracterizar o edificado e a sua envolvente. Além de nova construção de grandes dimensões e completamente dissonante com a envolvente e com o monumento, a malha anciliar do paço foi sujeita a grandes alterações, bem como a paisagem em redor foi transformada drasticamente. Esta situação tem criado muita indignação na população do Alto Minho.

A Associação para a Defesa, Estudo e Divulgação do Património Cultural e Natural (ASPA), considera a obra que está em curso uma realidade chocante e que está em curso uma descaraterização profunda do Paço do Curutelo.

Especialistas, como historiadores, arquitetos e antropólogos, escreveram um texto público, onde demonstram o seu desagrado sobre a obra e consideram que “o espírito da intervenção que agora se perfila é dum completo desrespeito por qualquer noção integral do património representado pelo Paço de Curutelo, entendido na sua dignidade, na sua autonomia e na organicidade da sua implantação no território”. E afirmam que “nada do que concerne ao imenso valor patrimonial do Paço de Curutelo podia ser desconhecido dos promotores da obra, dado que o mesmo grupo encomendou a historiadores um dossier detalhado acerca da história familiar, evolução arquitectónica e significado contextual do conjunto. São estes, os dois primeiros subscritores do presente texto, os primeiros a denunciar o que entendem como uma grave violação do compromisso expresso pelo Grupo Vila Galé para com a devida valorização do monumento”.

O Bloco de Esquerda entende que os interesses imobiliários não podem sobrepor-se ao interesse público maior representado pelos valores patrimoniais do local. Nesse sentido, urge esclarecer o que motivou os pareceres favoráveis de construção que ameaça o imóvel classificado, tal como eventuais danos irreversíveis.

*Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através da Ministra da Cultura, as seguintes perguntas:*

1. Tem o Governo conhecimento da situação aqui exposta?
2. O que motivou o parecer favorável da Direção-Geral do Património Cultural (DGPC) à construção do hotel que descarateriza o imóvel classificado?
3. Foi efetuado o acompanhamento arqueológico e atendendo à ocupação medieval do local?
4. Pode a DGPC fazer chegar a este Grupo Parlamentar o parecer emitido até à data sobre o projeto?

Palácio de São Bento, 7 de outubro de 2024

Deputado(a)s

JOANA MORTÁGUA(BE)